

A narrativa realista no romance e na historiografia

Ana Luiza Marques Bastos *

Nas décadas de 1970 e 1980, ao contrário do que vinha sendo feito desde o início do século XIX, os historiadores voltaram sua atenção para o relato historiográfico. Em parte, devido à reabilitação da narrativa na historiografia, por outra, porque o foco não estava mais sobre o caráter do conhecimento histórico. Ultrapassados os anos de fundamentação positiva do conhecimento dos acontecimentos passados e evidenciada a necessidade das tecnologias heurísticas, da crítica documental ao relato dos eventos, ainda persistia a incerteza quanto ao papel da história no entendimento da condição humana (ELTON, 1991: 4). Tais debates tinham, em comum, o reconhecimento da fundamentação teórica e metodológica do conhecimento histórico no século XIX e a insatisfação com os rumos narrativos tomados pela historiografia após as críticas formuladas pela *École des Annales* (FALCON, 1992: 353- 375; BURKE, 1992: 7- 37).

Os *Annales* insistiram, sobretudo, que os fatos são construídos pelo historiador, por consideração, nas palavras de Marc Bloch, ora das “grandes ondas de fenômenos aparentados”, ora do “momento humano em que essas correntes se apertam no poderoso nó das consciências” (BLOCH, s/d: 136). L. Febvre afirma que o historiador cria seus materiais, na medida que todo historiador tem e deve colocar um problema. Logo, o envolvimento do historiador com a atualidade dita, simultaneamente, o tom do problema e os “objetos da sua observação”, porque “elaborar um fato é construir” e isso só pode ser a tentativa de responder a uma pergunta (FEBVRE, 1985: 19 e segs). Os fundadores dos *Annales* mantinham-se, contudo, afinados com a preocupação oitocentista de oferecer fundamentação metodológica ao conhecimento histórico, com a contribuição de modelos teóricos criados pelas ciências sociais, a economia, a sociologia e a antropologia social (ELTON, op.cit.: 9).¹ Isso ocorrera porque se exigia

*Pós-doutorado em História pela Cátedra Jaime Cortesão, FFLCH/USP, projeto de pesquisa financiado pela FAPESP (2007-10).

¹ P. Burke afirma que já em 1900, K. Lamprecht criticava a história política opondo-lhe uma história cultural ou econômica, tida então por “uma história do povo”. Na década seguinte, nos Estados Unidos, J. H. Robinson lançou o que chamou de “New History”. Defendia que a Nova História devia considerar não só os acontecimentos políticos e os documentos escritos e oficiais ou não, mas todo vestígio de coisas criadas pelo homem. Robinson apontara, sobretudo, para a necessidade de aproximar os estudos históricos das inovações e descobertas da sociologia, antropologia, economia e psicologia. (op. cit., 1997: 20).

da história postura científica, objetividade e clareza, desde a pesquisa até a escrita. Sendo a narrativa vista como algo superficial ou mesmo como mau necessário. A segunda geração dos *Annales*, vai se dedicar tanto mais às categorias da longa duração e enfatizar as séries estatísticas e a exaustiva pesquisa em arquivos, ainda que por vezes isso implicasse certa contradição com o padrão narrativo (LIMA, 1987: 65-66).

Em “Posições da história em 1950”, F. Braudel reconhece o esvaziamento dos “símbolos sociais” herdados do século XIX e que a ciência, tal qual a história, renovava-se. Todavia, a exigência crítica sobre os documentos e materiais ainda era válida, se “o espírito histórico é crítico na base”. Era, afinal, imprescindível considerar que as ações individuais se fundem numa realidade complexa, a realidade social. Caberia, doravante, abordar as realidades sociais em si mesmas e por si mesmas, ou seja, todas as formas da vida social deviam estar sob os cuidados do conhecimento histórico (BRAUDEL, 1978: 19-25). Para que a ciência histórica se mantivesse em sintonia com as “novas ciências sociais”, ou melhor, com a ciência social vislumbrada por K. Marx, era necessário que se fabricasse modelos sociais. É a partir da estabilidade oferecida pela duração, “isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda lógica”, que se pode compor modelos nos estudos históricos. Braudel adverte que o modelo é construído pelo isolamento do objeto e o estabelecimento das diversas relações que o atravessam e que dele derivam. Registra-se, assim, um fenômeno passível de se reproduzir em circunstâncias fáceis de encontrar. Equações matemáticas fixam as relações que estabilizam o fenômeno explicado, tornando todo modelo um instrumento de verificação das estruturas que se perpetuam (BRAUDEL, op. cit.: 51 e segs).

A defesa do fato histórico como construção, seguida do fortalecimento da idéia de ‘história total’, sem ignorar a presunção irônica presente no caráter judicioso do ofício de historiador, nem abandona o princípio da observação do particular na prática heurística, nem ultrapassa o imperativo da construção de unidades de sentido para os fatos. Porque ambos resultam da questão própria ao século XIX e que reverberou nas primeiras décadas do século seguinte: a determinação dos parâmetros que tornam ciência a prática do historiador sobre seu material, ou seja, a pesquisa histórica e o relato historiográfico. Não por acaso, M. Bloch inicia o capítulo dedicado à análise histórica pela citação da “fórmula do velho Ranke: o historiador apenas se propõe

descrever as coisas ‘tal como se passaram’”, à qual acrescenta: “Nela se pode ler, modestamente, um conselho de probidade: e era este, não pode duvidar-se, o sentido de Ranke. Mas também um conselho de passividade” (BLOCH, op. cit.: 121).

H. G. Gadamer adverte que L. Ranke, embora tenha buscado afastar-se da filosofia da história, findou por teorizar uma história do mundo que comporta tanto as características particulares e únicas de cada época, quanto uma “idéia condutora” na direção da qual tudo se move (GADAMER, 1988: 106). E nesse ponto, S. B. de Holanda assinala, frente às demandas da filosofia da história, Ranke defendera que o ponto de partida da história era a observação do único, cujo momento subsequente vem a ser o conhecimento dos “nexos de sentido”, que, por sua vez, não devem ser construídos segundo o caminho dos filósofos (HOLANDA, 1979: 22).

L. Ranke experimentou as dificuldades de pesquisar e verificar os “fenômenos singulares”, e, ainda segundo S. B. de Holanda, conscientemente recorreu à seleção, a avaliação, a compreensão e a generalização. O problema para Ranke não estava em usar tais recursos, mas sim em promover o estudo do único a partir das generalizações e leis – artifício próprio à filosofia (HOLANDA, op. cit.: 22-23). Para fundar seus estudos “sobre métodos rigorosamente científicos”, adaptou recursos vindos da filologia e da exegese bíblica na pesquisa e crítica das fontes (HOLANDA, op. cit.: 16). Segundo R. Collingwood, o método histórico ou “método de crítica filológica” consistia em analisar as fontes para fixar o que fosse digno de confiança, e promover uma crítica interna do testemunho, a fim de determinar o modo como foi apresentada a realidade observada. Os fatos tinham então de ser descobertos nos documentos, que passaram a servir de base às operações científicas do historiador (COLLINGWOOD, 2001: 148). A diversidade vinda da pesquisa heurística devia ser, posteriormente, sintetizada no relato histórico. Assim, durante a síntese historiográfica, segundo Ch. Seignobos, o historiador obrigava-se a construir “imagens” com “elementos exatos, de modo tal que se venha a imaginar os fatos como ele os teria visto caso tivesse podido observá-los por si mesmo”. E sem ceder à arte poética, nem às especulações filosóficas, e uma vez resguardado na especificidade de seu campo científico de atuação, o historiador devia afinal buscar desvendar as grandes unidades de sentido, que dão aos sucessos sua verdadeira significação histórica (LANGLOIS e SEIGNOBOS, 1992, p. 182-3).

A perpetuação dos parâmetros ou dos recursos metodológicos na base dos estudos históricos pode ser vista no ataque estruturalista de C. Lévis-Strauss, que antes alfineta os brios científicos da história por meio da acusação de que ela somente nos oferece o mito do sentido da longa duração humana e de que os fatos são construídos sobre o caos dos dados, segundo os propósitos específicos dos historiadores (LIMA, op. cit.: 66-67 e WHITE, 1994: 71-72). Ocorre que, como escreve Luís Costa Lima, “acusar a história de constitutiva de um mito equivalia a declarar que ela não ultrapassa seu regime narrativo; que, por isso mesmo, não podia conter senão projeções ideológicas”. Não por acaso, na outra frente estruturalista de crítica ao discurso histórico, Roland Barthes vai perguntar se existe alguma diferença entre os discursos narrativos ficcional e histórico (LIMA, op. cit.: 67-68).

A noção de imaginação histórica apresentada por Collingwood bem pode nos auxiliar diante da questão levantada por Barthes. Como uma ação *a priori* na construção do conhecimento histórico, a imaginação tem por fim preencher as lacunas deixadas pela crítica filológica, dando “continuidade à narrativa ou descrição” dos acontecimentos. Ocorre que são imaginativas tanto a ordenação dos dados quanto sua produção na pesquisa (COLLINGWOOD, op. cit.: 252). A crítica histórica se orienta pela imaginação apriorística na medida em que o historiador verifica “se o quadro do passado para que a evidência o conduz constitui um quadro coerente e contínuo, dotado de sentido” (COLLINGWOOD, op. cit.: 256 e segs). Embora a narrativa do romancista e do historiador igualmente prezem a coerência, apenas a desse último aspira a ser verdadeira.

Segundo Koselleck, desde fins do XVIII, a história se desenvolve como domínio autônomo, orientador de toda experiência humana e, por isso, capaz de organizar sua representação “com o auxílio de seu teor realista autêntico e complexo” e sua pretensão à verdade (KOSELLECK, 1997: 19). O que Collingwood nos apresenta como regra de construção do conhecimento histórico pelo historiador, vem a ser corroborado pela análise do conceito de história feita por Koselleck, qual seja: “toda história deve ser coerente em relação a si mesma” (COLLINGWOOD, op. cit.: 256 e segs). No início do século XIX, a descoberta dos fatos, o relato e o conhecimento científico são fundidos sob o conceito de história em geral, que, tomada por realidade, passa a ser objeto de reflexão. No entanto, consoante o crescente desejo de se entender a realidade, a história

só se torna “ciência independente”, dentro do conceito de história em geral, ao possuir um “espaço de experiência”. Algo que decorre das discussões desenvolvidas junto ao próprio conceito de história: a reflexão estética, a passagem da história moral para a história processo e a transformação da formulação racional de hipóteses em razão da história.²

A apreensão da história como processo e a formulação da razão da história provêm da reflexão estética. Nessa última, o contato entre história e poesia promove modificações em ambas por conta de suas exigências contingentes. No caso da poesia, o domínio do “novo gênero do romance burguês” postulava a fidelidade aos fatos históricos, ou seja, à realidade. No caso da história, ao relato não bastava mais contar as séries cronológicas, exigia-se a profundidade dos “motivos secretos” e a descoberta da “ordem interna” do evento particular. Se, por um lado, a nova exigência põe o relato em dependência da “elaboração subjetiva do historiador”, por outro, o postulado da realidade factual do romance obriga que se encontre a unidade da história na realidade. A “história como tal” ou a realidade vai determinar que todo relato factual considere, simultaneamente, a ação e a unidade do “sistema inerente a um conjunto de eventos”. O que vem a fundamentar tanto a investigação crítica do que aconteceu, quanto a imaginação produtiva que aproximou o historiador do poeta. Por conseguinte, a missão poética da história demandou “a representação de um conjunto de fatos significativos” não mais em termos particulares, mas para a história em sua totalidade, doravante transformada em processo. A forma que o historiador impunha ao relato dos acontecimentos foi sendo absorvida pela filosofia da história, por conta das reflexões filosófico-históricas surgidas frente à relação entre o conjunto de fatos significativos e a história como realidade. O sentido estético da representação histórica e a possibilidade de “construção racional da história” em processo foram reunidos na filosofia da história, que veio a entender a história em geral como racionalizável, ou seja, algo de inteligível (KOSELLECK, op. cit.: 31-43).

² “Alors que les méthodes historico-philologiques et les sciences auxiliaires s’étaient déjà autonomisées depuis l’humanisme, l’histoire (Histoire) en tant que telle devint une science indépendante seulement lors que – dans l’ ‘histoire en général’ – elle eut gagné un espace d’expérience. Depuis, elle put également dégager son ‘domaine l’objet spécifique’. La constitution de la philosophie de l’histoire est un indicateur de ce processus. Trois étapes y ont conduit: la réflexion esthétique, la moralisation des histoires et la constitution d’hypothèses qui cherchent à dépasser une interprétation théologique de l’histoire par le recours à une histoire ‘naturelle’.” (KOSELLECK, op. cit.: 28).

A caducidade do “desígnio divino” constrangeu a história a buscar coerência a partir de seus próprios componentes. O processo devia possuir certa razão passível de ser refletida no relato dos acontecimentos, caso contrário, ficaria fadada aos desígnios subjetivos e particularistas do historiador. Nesses termos, a partir do século XIX, a história se torna um “conceito reflexivo” que serve para intermediar o passado e o futuro. Não se trata mais de “simples ciência do passado”, segundo Koselleck, e sim de “um espaço de experiência e um instrumento de reflexão orientando cada tentativa de ação no plano social ou político” (KOSELLECK, op. cit.: 70-72). É importante lembrar que a consolidação do conceito reflexivo de história acontece concomitantemente à profissionalização do historiador, através da fundação de cátedras em universidades e instituições de pesquisa, de subvenções governamentais e da fundação de sociedades e periódicos dedicados exclusivamente aos estudos históricos (White, 1995: 147-148). Padrões institucionais e acadêmicos que surgem inicialmente na Europa, mas que logo alcançam as novas nações americanas.

A orientação pragmática fundamentada pelo conceito reflexivo vai aproximar a história do modelo científico de orientação positivista e relegar à esfera do relato, quase que por descaso, sua intimidade com a criação poética própria ao romance realista. Isso acarreta muitas acusações quanto à natureza dos estudos históricos, parte delas, como relacionado acima, provém do reconhecimento das condições peculiares de constituição do conhecimento histórico como uma ciência de tipo particular. Daí a grande contribuição da *École des Annales* ser precisamente a libertação do historiador da cruz da imparcialidade e o promissor anúncio de sua intervenção.

Os historiadores custaram a perceber que as hostilidades contra a história iam muito além de qualquer classificação por campo de atuação, cientistas e literatos acusavam-nos de falta de rigor no método e de insensibilidade na forma escrita (WHITE, 1994: 42-43). Acostumados, desde o início do século XIX, a proteger a reflexão histórica das exigências pessimistas a que chegaram os racionalistas iluministas, os historiadores criaram instrumentos de pesquisa e escrita a fim de apresentar o processo histórico de modo tão ‘objetivo’ quanto o dos cientistas na observação da natureza, e tão ‘realista’ quanto dos estadistas no governo das nações. Estabeleceu-se então o conceito de história segundo exigências epistemológicas e éticas, e não estéticas. Justo do êxito dos historiadores em adequar-se à “cultura européia do

século XIX”, cujo caráter realista na apreensão do mundo pode ser sentido por toda parte, nasce a desconfiança frente ao conhecimento histórico. A composição de trabalhos tão abrangentes quanto plausíveis sobre os mesmos eventos da história foi “suficiente para solapar a confiança na pretensão da história à ‘objetividade’, à ‘cientificidade’ e ao ‘realismo’” (WHITE, 1995: 53-54). Nas palavras de H. White:

Em geral, portanto, o ‘realismo’ do pensamento histórico oitocentista consiste em sua busca de fundamentos adequados para crer em progresso e otimismo, tendo *plena consciência* de que os pensadores setecentistas da história foram incapazes de fornecer esses fundamentos (White, 1995: 61).

Nesse ambiente de “*plena consciência*” dos limites da razão para o entendimento da natureza física e humana, mas também de muita ambição por provar o progresso, por transformar o mundo pelos investimentos da inteligência, Friedrich Nietzsche identifica o fardo da história ao acusar a imaginação histórica de inibidora do “impulso ao esforço heróico”. Porque acusa a história de inflacionar o mundo de experiências espetaculares que findavam por tornar os homens contemporâneos forasteiro em seu próprio presente. Os homens do presente encontravam-se presos entre o devir e o porvir, e assim viviam como seres apáticos, devido ao exercício contínuo do *voyerisme* instrumentalizado pelo apego à memória dos tempos passados e o desejo dos tempos futuros (WHITE, 1994: 44.).

Nietzsche associa, afinal, a cultura moderna do século XIX à própria cultura histórica (NIETZSCHE, 1ª ed: 1874, s/d: 155-161). Para ele, o homem da cultura histórica carrega em seu interior “as pedras do indigesto saber”, produtor de um barulho surdo, que, todavia, serve-lhe de identidade, assim como à cultura propriamente moderna. O indivíduo moderno se define por um interior barulhento ao qual não corresponde qualquer exterior, e que precisa ser continuamente alimentado por novas pedras. A história só poderia vir a ser útil à vida se reconhecesse as contradições inerentes ao indivíduo moderno e sua cultura. Caso contrário, segue somente a cuidar da descrição ingênua de ações humanas alijadas de todo teor, ou seja, “da força e da fraqueza humanas”. Vive-se na modernidade sob a principal conseqüência da cultura histórica: a perda do “sentimento de surpresa” e de “espanto”, a animar o consentimento desmedido de todas as ações mediante o visto de históricas.³

³ “Or, perdre de plus en plus ce sentiment de surprise, ne plus s’étonner démesurément de rien, enfin se prêter à tout, - voilà ce qu’on appelle les sens historiques, la culture historique.” (NIETZSCHE, op. cit.: 202)

Na virada do século XIX para o XX, consolida-se a chamada crise do historicismo, que espelha a generalizada dúvida quanto à utilidade da cultura histórica para a vida, como também da capacidade científica do conhecimento dedicado à “verdade ‘real’ das coisas” (White, 1995: 54). Como Nietzsche tinha sugerido, alguns historiadores vão buscar aproximar-se da arte, contudo, o “fardo da história” também se evidencia nos romances do período. Assim, desde a virada do século, filósofos, artistas e cientistas insistem em libertar a “inteligência humana do senso histórico” ou da cultura histórica, e, a princípio, só através do reconhecimento dessa situação o historiador poderia reivindicar espaço no “diálogo cultural contemporâneo” (White, 1994: 54). Para tanto, os historiadores precisariam ter claro que são prisioneiros da concepção romântica de arte e da positivista de ciência.

Ao analisar as proximidades entre o romance e a historiografia, D. LaCapra, em primeiro lugar, confirma a presença de grandes narradores escrevendo romance e história no século XIX, em seguida, questiona o contraste entre a forma narrativa do historiador e a do romance (LACAPRA, 1985: 115-116). Após alguns lampejos pela história da história, a fim de comprovar a permanência da forma narrativa no discurso histórico, parte para a comparação entre um trecho de historiografia e outro de romance. No discurso historiográfico, o recurso à erudição para dissimular afastamento, o anticlima tautológico e as informações relacionadas a fontes para oferecer credibilidade ao relato. Uma vez fiel à forma oitocentista, o discurso histórico em narrativa vai se tornando científico por conta da coleção de documentos e informações que passa a conter e se desleixa dos problemas nascidos no ato de escrever. A descrição da ‘realidade vivida’ no romance em nada se assemelha às encontradas na historiografia, porque o modo como tal descrição se apresenta está definitivamente recolhido ao interior do romance (LACAPRA, op. cit.: 121-122).

Enfim, o narrador da historiografia tende a ser onisciente e a confiar na unidade entre a voz narrativa e a autoral, e que seu enredo sempre se organize pelo critério cronológico com começo, meio e fim. Mesmo a excelência crítica presente na pesquisa documental não alcança a forma do texto historiográfico, visto que além do problema da periodização, que esteia a narrativa serenamente, existe pouca receptividade ao problema da relação, chamada pelo autor de “transferencial”, entre o historiador e os textos tomados por documento. LaCapra aposta que, mediante a rigorosa aceitação da

transferência com relação ao passado por parte do historiador, a leitura do romance nos estudos históricos pode até mesmo deslocar o problema da narrativa na história da analogia entre romance e história para a das relações entre história e crítica literária. E assim, o problema que se levantaria a partir da familiaridade entre história e romance, diria respeito menos ao caráter contestatório, polifônico, performático do romance moderno, do que se a escrita contemporânea da história pode aprender algo da natureza crítica desse romance (LACAPRA, op. cit.: 122-124).

Qualquer questão que se apresente à historiografia passa pela importância da imaginação realista em sua composição, o que se deve às íntimas relações entre a estética do romance e o conhecimento histórico durante o século XIX. Ora, se foi próprio desse século aquilo que Nietzsche chamou de cultura histórica, e se uma das características comuns à narrativa do romance e da historiografia vem a ser a descrição da realidade ficcional ou não, propusemo-nos como objeto de pesquisa de pós-doutorado a cultura cujo “núcleo da pulsão literária determinante” fora uma nação tida por “realidade histórico-moral” (LOURENÇO 1982: 86-87). O projeto que encerramos, investigara a escrita da história nacional em Portugal como instrumento da cultura moderna, mais precisamente, do último terço do século XIX. Através da narrativa realista de fatos do passado e do presente, fez-se o exame da interpretação histórica que, por conta das intervenções públicas e íntimas do historiador e político J. P. de Oliveira Martins, produziu um severo diagnóstico dos males e pertinente prognóstico dos meios pelos quais a historiografia portuguesa zela por ser crítica. A historiografia luso-brasileira da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, embora em sintonia na investigação do passado, no zelo pela crítica e no diagnóstico da decadência, vai se diferenciar no que diz respeito aos prognósticos, no caso brasileiro, a futuro vai passar de pretérito a presente, ao passo que o português permanecera por excelência futuro do pretérito. Eis o que nos caberá investigar a partir da obra de João Capistrano de Abreu e o caráter da sua influência sobre a historiografia modernista das décadas de 1930 e 1940.

Bibliografia

- BLOCH, M. *Introdução à história*. 6^a ed. Portugal: Publicações Europa-América, s/d.
BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

- BURKE, P. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. M. Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *A Escola do Annales (1929-1989). A Revolução Francesa na historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. 9ª ed. Lisboa: Presença, 2001.
- ELTON, G.R. *Return to Essentials*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- FALCON, F. “Historiografia contemporânea”. Separata de *Revista da Faculdade de Letras*, vol. XI, II série. Porto, 1992.
- FEBVRE, L. *Combates pela história*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1985.
- GADAMER, H. G. “Historicidade”, in et al. *História e Historicidade*. Trad. Ana I. Buescu. Lisboa: Gradiva, 1988.
- HOLANDA, S. B. “O atual e o inatual em L. von Ranke”, in RANKE, Leopoldo von. *Leopoldo von Ranke: história*. Org. S. B. Holanda e trad. Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979.
- KOSELLECK, R. “Le concept d’histoire”, *L’expérience d’histoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- LACAPRA, D. “History and the novel”, *History & Criticism*. Itaca/Londres: Cornell University press, 1985.
- LANGLOIS, Ch.-V. et SEIGNOBOS, Ch. *Introduction aux études historiques*. (1ª ed. 1898) Paris: Ed. Kimé, 1992.
- LIMA, L.Costa. “Clio em questão: a narrativa na escrita da história”, *Narrativa: ficção e história*. Org. D. C. Riedel. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- LOURENÇO, E. “Da literatura como interpretação de Portugal”, *O Labirinto da saudade*. Lisboa: D. Quixote, 1982.
- NIETZSCHE, F. “De l’utilité et de l’inconvénient des études historiques pour la vie (1874)”, *Considerations inactuelles*. Paris: Mercure de France, s/d.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1995.